

IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO NA COMUNIDADE PESQUEIRA DA ILHA DE PAQUETÁ

IMPACTS OF MODERNIZATION ON THE FISHING COMMUNITY OF THE ISLAND OF PAQUETÁ

IMPACTOS DE LA MODERNIZACIÓN EN LA COMUNIDAD PESQUERA DE LA ISLA DE PAQUETÁ

ARAÚJO, Tamyres

RESUMO

As comunidades tradicionais que subsistiam prioritariamente da pesca artesanal na Ilha de Paquetá, estão passando por um processo continuado de desterritorialização do espaço em que habitam e retiram o seu sustento. A escassez de recursos advindos de sua atividade econômica os tem obrigado a buscar meios de subsistência em outras atividades que não a pesca. Esse cenário se deve em parte a dinâmica dos eventos econômicos característica dos centros urbanos tal qual ocorre na capital carioca, à deterioração ambiental e à ausência de aplicação de políticas públicas que salvaguardem a gestão do território da pesca artesanal. A falta de suporte governamental e o desconhecimento deste para manutenção das comunidades pesqueiras tradicionais, levaram os pescadores a buscar outras alternativas para garantia da sobrevivência de suas famílias. Além disso, a perda de controle de territórios coletivos e simbólicos próprios de suas características, gradativamente se amplia e altera a dinâmica socioespacial, trazendo prejuízos para a cultura local. Assim, esse trabalho consiste em analisar as diferenças, os conflitos e as formas de uso e ocupação do território. O estudo também investiga a percepção dos moradores da Colônia de Pescadores da Ilha de Paquetá, no que tange essas transformações e de seus impactos em seu cotidiano e no seu modo de vida.

Palavras-chave: Paquetá. Pesca. Desterritorialização.

ABSTRACT

The traditional communities that traditionally subsisted on artisanal fishing on the island of Paquetá, are going through a continuous process of deterritorialization of the space in which they live and derive their livelihood. The scarcity of resources arising from their economic activity has forced them to seek livelihoods in resources other than fishing. This scenario is due in part to the dynamics of economic events characteristic of urban centers such as occurs in the capital of Rio de Janeiro, environmental deterioration and the lack of application of public policies that safeguard the management of the artisanal fishing territory. The lack of government support and the lack of knowledge about the maintenance of these traditional fishing communities led fishermen to look for other alternatives to guarantee the survival of their families. In addition, the loss of control over collective and symbolic territories characteristic of their characteristics, gradually expands and alters the socio-spatial dynamics, bringing harm to the local culture. Thus, this work consists of analyzing the differences, conflicts and forms of use and occupation of the territory. The study also investigates the perception of residents of the Ilha de Paquetá Fishermen's Colony regarding these changes and their impacts on their daily lives and on their way of life.

Keywords: Paqueta. Fishing. Deterritorialization.

RESUMEN

Las comunidades tradicionales que subsisten principalmente de la pesca artesanal en la isla de Paquetá, pasan por un proceso continuo de desterritorialización del espacio en el que viven y se retiran o se sustentan. Debido a la escasez de recursos producto de su actividad económica, nos vemos obligados a buscar medios de subsistencia en actividades distintas a la pesca. Este escenario se debe en parte a la dinámica de dos hechos económicos propios de dos centros

urbanos como el de la capital carioca, al deterioro ambiental y a la falta de aplicación de políticas públicas que protejan la gestión de la pesca artesanal en el territorio. Ante, la falta de apoyo del gobierno y la falta de apoyo para el mantenimiento de las comunidades pesqueras tradicionales, alentamos a los pescadores a buscar otras alternativas para garantizar la supervivencia de sus familias. Además, al perder el control de los territorios colectivos y simbólicos inherentes a sus características, paulatinamente se expande y cambia las dinámicas socioespaciales, dibujando prejuicios hacia la cultura local. Asimismo, este trabajo consiste en analizar las diferencias, los conflictos y las formas de uso y ocupación del territorio. El estudio también investiga la percepción de dos pobladores de la Colonia de Pescadores en la Isla de Paquetá, no cuáles son estas transformaciones y sus impactos en su cotidiano y su forma de vida.

Palabras clave: Paquetá. Pescar. Desterritorialización.

INTRODUÇÃO

Das atividades extrativistas a pesca encontra-se entre aquelas primeiras desenvolvidas pelo homem. Essa atividade que por muito tempo foi marcada por uma visão folclórica e desprovida de grande afetação, traz em si uma problemática que diferente do que se costuma pensar, nada tendo de pacata e tranquila, uma vez que está em jogo a subsistência e a luta por áreas que permitam o desenvolvimento dessa ação importante. Segundo Moraes (2002)¹ as chamadas colônias de pescadores artesanais estiveram tuteladas pelo Estado desde o início do século passado; entretanto, ainda segundo o autor;

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical (MORAES, 2002, p.1).

Da mesma forma que as demais colônias de pescadores do restante do país, o grupo pertencente a Paquetá seguiu o mesmo processo e enfrentou ao longo dos tempos o problema de redução de suas áreas de atividades a par das conquistas dos direitos a eles concernentes. A Colônia de Pescadores Z3 está localizada em Paquetá cuja história segundo Coaracy (1965) foi um tipo de concessão aos pescadores de então;

Quando Bhering de Matos adquiriu a propriedade que é hoje Parque Darke de Matos, existia na praia dessa chácara uma série de casinhas onde residiam pescadores. Ao fechar a praia, o novo proprietário doou, em compensação, aos moradores desse grupo um terreno na Praia da Guarda. Nesse terreno seu filho, Jorge de Matos, mandou construir o prédio destinado a sede da Colônia de Pescadores Z3 a que estão filiados os pescadores de Paquetá.

Desde a doação desse terreno aos dias atuais o que se tem visto é uma célere perda de áreas que antes pertenciam as famílias dos pescadores para moradores, comércio e, sobretudo, para o turismo, não sendo levado em consideração o impacto que a restrição dos territórios antes voltados para a pesca e hoje disputado pela especulação imobiliária e o aumento da população fixa e daquela sazonal pode causar a subsistência desse grupo de pescadores artesanais da ilha de Paquetá. Tratar da atividade pesqueira na ilha é falar da memória e história do lugar e essa memória se perde quando os locais tradicionalmente a eles ligados sofrem processos de descaracterização do território afeito a essa atividade sendo, paulatinamente, ocupado por outros elementos não pertencentes tanto a pesca quanto a história de Paquetá.

Nesse sentido, temos em Izquierdo (2011) que, "Sem memória não há vida. É possível, inclusive, dizer que a vida é uma sequência de memórias". Então, a partir do que expressa o autor, a desterritorialização desses pescadores e suas famílias dos locais que consagradamente lhes pertence suscita o apagamento da história e memória da ilha de Paquetá, uma vez que essas memórias sem continuidade, perdem-se em meio a novos valores e dos sujeitos que passaram a ocupar esses espaços que historicamente lhes pertencia pelo exercício da profissão. O sentimento de pertencimento em decorrência da atividade da pesca praticada por esses indivíduos ao longo do tempo de ocupação contínua da ilha, possibilitou a criação e manutenção dos laços de familiaridade que a convivência dos indivíduos que compõem a população de Paquetá e os pescadores tradicionais procuraram manter viva a relação da história e da memória do bairro.

1. http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo14/Cole%F4nias_de_Pescadores_e_Luta_Cidadania.rtf. (Acessado em 30/10/2021).

A memória de um dado grupo liga-se positivamente a determinado espaço de convivência sociocultural e esse, com o tempo, transforma-se no seu território de domínio. Tema que está presente em várias áreas que estudam as relações humanas, as chamadas memórias desse grupo passa a constituir as suas raízes locais e sua história com o passar do tempo. Em Barros (2009, p. 39) temos que “Memória, na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde muito habitualmente a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado”. No que diz respeito a colônia de pescadores historicamente radicada em Paquetá, os indivíduos ali residiam e residem atualmente são os responsáveis pelas lembranças e costumes ainda vigentes no que concerne a pesca artesanal ali praticada. A tradição assim como o ofício foram transmitidos de forma continuada por gerações. Com as mudanças ocorridas na ilha em decorrência de novos projetos administrativos para o bairro, muitas das tradições e locais que assinalam a história da ilha passaram e passam por processos de descaracterização e, para a colônia de pescadores, por um contínuo processo de desterritorialização. Essas modificações dependendo do objetivo e da observação do pesquisador, pode conduzir a diferentes elementos dessa história local.

Memória refere-se a tudo, desde fatos cotidianos a informações mais antigas que formam um tipo de elo que reuni imagens, diferentes dados, fatos marcantes; ou seja, tudo aquilo que de alguma forma e por diferentes motivos, tenha relevância entre os registros de acontecimentos passados e do presente. Desta forma, e recorrendo a Nora (1984) a esse propósito temos que;

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p.19).

No que diz respeito a Paquetá, onde a história pode ser vista pelas ruas, a memória dessa história mesmo assinalada fisicamente nas casas, igrejas, etc., pode ser perdida ou mesmo soterrada pela ocupação sem plano para a preservação dos elementos físicos. Tal qual assevera Pierre Nora a memória contida na colônia de pescadores de Paquetá corre risco real de desaparecer em decorrência do desaparecimento tanto da função pescador quanto da atividade na ilha. O que está em curso com a exploração do turismo, incentivado de maneira ostensiva desde 2007 com a abertura do polo turístico em Paquetá é uma nova ressignificação do território com o apagamento da história dos grupos menos significativos e a modificação do aspecto físico de áreas consideradas tradicionalmente dos pescadores em zona de exploração turística.

A relação entre a memória coletiva tanto quanto a memória individual ambas possuem importância capital para a vida dos agrupamentos sociais e suas idiossincrasias porque é a partir dessas relações que os elementos culturais se alicerçam e constituem os ingredientes necessários para a formação das identidades coletivas e aqui a referência está ligada aos pescadores de Paquetá, que desde a sua ocupação até os dias atuais forjaram um traço que os destaca como identitário. Segundo Stuart Hall a propósito da nossa identidade, diz o autor que “[...]nossa identidade, tenha ela a forma que tiver, é uma história sobre nós mesmos, ou em última análise, uma ‘narrativa do eu[...]’ (HALL, 2005, p.12), identidade formada e construída a partir de tudo que diz respeito à nossa história e memórias e que passam de geração a geração, oralmente ou não, sendo relevante tê-la e mantê-la viva. Por isso, a importância de se preservar a reserva cultural e extrativista que é a pesca artesanal tão antiga quanto a história de Paquetá, e que abrange desde a maneira como os moradores de Paquetá relaciona-se com o meio em que vivem quanto com a atividade da colônia de pescadores e essa com o próprio meio de onde tiram o seu sustento há décadas, ou seja, o mar que os circunda.

O PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DA PRÁTICA PESQUEIRA NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO

Desenvolver uma pesquisa que traga a questão da pesca e dos pescadores requer uma digressão a respeito da própria normatização dessa atividade no Brasil. Segundo Moraes (2002), as primeiras colônias de pesca foram fundadas em 1919 que teve por móvel a importação de peixe e defesa da costa brasileira. Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. O primeiro estatuto foi levado a efeito em 1923, sendo as

colônias definidas como agrupamentos ou agregados de pescadores e os pescadores obrigados a se matricular para poder exercer o ofício. No governo de Getúlio Vargas foi criada a Divisão de Caça e Pesca (Decreto nº 23.134/33) que visava gerenciar a atividade pesqueira no país, sendo criada a Divisão e Caça e Pesca (1934), entre mudanças de subordinação do Ministério da Marinha ao Ministério da Agricultura. Na década de 1960 é criada a SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, e extinta a Divisão de Caça e Pesca. O Decreto nº 221 de 1967 foi instituído um novo código que estabelecia as normas para a atividade da pesqueira no país. Na década de 1970 o governo incentiva a implantação da indústria da pesqueira nacional, sendo o Ministério da Agricultura o responsável pelos pescadores. Segundo Moraes (2002, p.2-3);

Após a promulgação da nova Constituição, em 05 outubro de 1988, identificamos alguns avanços acerca da organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriam-se possibilidades de as colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios.

Com a extinção da SUDEPE em 1989, e a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) o desenvolvimento pesqueiro passa a responsabilidade deste. Em 1993 é criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal que incorpora as representações de pescadores artesanais; contudo em 1998 os pescadores artesanais voltam a tutela do Ministério da Agricultura.

Dessa forma, temos um breve quadro da situação dos pescadores e sua atividade dentro da história econômica e social brasileira o que nos leva perceber o relevo e a importância dessa atividade econômica no micro e no macro do seu desenvolvimento. Nesse sentido, temos nas palavras de Silva (2016, p.17) que a pesca artesanal “Trata-se de um fenômeno social, composto por um grupo social que sofre processos de transformação sociais, políticos, econômicos, culturais e espaciais [...]”. No tocante a realidade que abrange o recorte geográfico aqui analisado; a ilha de Paquetá e sua interação com os indivíduos que desenvolvem a atividade da pesca, existe um mundo realidades e conflitos advindos da própria necessidade da expansão urbana sobre o espaço da ilha e essa requisitando para si os espaços e territórios ali existentes e historicamente utilizados para sua atividade de subsistência local. Segundo Germani, Rios e Alves (2021, p.66) apud (MMP,2015, p.4) as comunidades pesqueiras tradicionais e a de Paquetá não difere das demais, “possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas através da oralidade, de geração para geração”. Sua relação estreita com a natureza ligada ao conhecimento desenvolvido a partir dessa relação geracional, levam a uma relação, tal como já mencionado neste artigo, um respeito no trato com os bens advindos do ofício por eles desenvolvidos. A relevância da discussão sobre a perda dos territórios tradicionalmente pertencentes a essa atividade em Paquetá é importante pelo fato de influenciar diretamente a colônia dos pescadores a partir da possibilidade da desterritorialização desses indivíduos com a resultante invasão possibilitada pela administração pública em seus territórios com o fito de explorar o bairro de Paquetá a partir de sua localização geográfica e atrativos naturais.

A COLÔNIA DE PESCADORES E O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM PAQUETÁ

No que se refere as áreas que já foram ocupadas por pescadores locais e aquelas que lhes foram retiradas, necessário se faz um mapeamento a partir dos dados relativos à fundação da colônia de pescadores tal qual a conhecemos hoje e como essa se apresentava antes da regulamentação da atividade na ilha. O período em que se deu o avanço sobre as áreas por eles ocupadas historicamente e os fatores que estão ligados a “invasão” do setor imobiliário na ilha e uma possível elitização dos frequentadores de Paquetá a partir do processo de gentrificação de áreas antes desvalorizadas no âmbito da ilha. A hipótese é a de mostra até que ponto a aparente tranquilidade e segurança de Paquetá pode influenciar numa mudança de indivíduos frequentadores da ilha e a segregação dos moradores mais antigos e entre eles os pescadores, nesta nova configuração que está sendo gestada a partir do incentivo ao turismo. A criação de um espaço de lazer para um

determinado público e a ocultação de elementos que não se enquadram dentro desse novo modelo de moradores e visitantes.

A real situação da colônia de pescadores de Paquetá se a observarmos sob o prisma social, é um ambiente com aparência de área periférica. Nessas ditas áreas moram diversas famílias e não vivem da pesca artesanal e nem a tem por atividade primaz. Atualmente, aqueles que ainda trabalham na ilha desenvolvem atividades do comércio informal como barraquinhas vender peixe frito e bebidas nos fins de semana para os turistas que aportam costumeiramente em Paquetá. Os pescadores são os moradores mais antigos da colônia e hoje são minoria. Os descendentes dessa geração mais antiga buscam trabalho na capital ou em cidades adjacentes a Paquetá em outras atividades sem ligação com a pesca. O abandono é atestado porque o pescado que é vendido em Paquetá vem em sua maioria do Mercado de São Pedro em Niterói. A poluição na Baía de Guanabara é um dos principais fatores que concorrem para a diminuição expressiva da atividade pesqueira no entorno da ilha de Paquetá diferindo dos tempos quando as águas da baía eram limpa e favoreciam o abundancia do pescado. A poluição por emissão de esgotos na Baía de Guanabara é dos problemas enfrentados por pescadores de uma forma geral. Segundo Bartelt (2021, p.9) apud Alencar (2021),

Hoje os esgotos de 8,5 milhões de pessoas e 14 mil indústrias no Rio de Janeiro e mais 15 municípios chegam à Baía. São 18.000 litros de esgoto não tratado por segundo despejados nela diariamente [...]. Junto e talvez mais ainda que as toneladas de lixo que boiam na superfície são os perigos imperceptíveis ao olho humano: coliformes fecais, poluentes químicos altamente tóxicos como ascarel e organo-estanho e metais pesados também altamente tóxicos como o mercúrio que ameaçam seriamente a saúde e a vida marinha na Baía de Guanabara.

É possível depreender das informações contidas no trecho acima, as condições de subsistência dos pescadores na Baía de Guanabara é um desafio constante em decorrência das condições do ambiente marinho de onde esses indivíduos tiram o seu sustento. Apesar das dificuldades, ainda são encontrados pescadores que buscam viver/sobreviver da pesca; mas, a produção está aquém do necessário para subsistência dos pescadores e suas famílias.

A Baía de Guanabara sofreu dois grandes desastres ambientais. O primeiro e considerado o maior ocorreu em 1975 quando um navio iraquiano fundeado na baía teve o casco rompido e derramou seis milhões de litros de óleo em suas águas. "Várias praias foram atingidas em 20 cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, tanto no interior da baía quanto na costa oceânica, e a contaminação afetou seriamente as comunidades animais da zona entre marés". (CALIXTO, 2011, p.47). O segundo desastre no âmbito da Baía de Guanabara em consequência do derramamento de óleo ocorreu em 2000. Segundo relato contido em Alencar (2021, p.76);

[...] após laudo da Coppe/UFRJ que apontou negligência da Petrobras como principal motivo da tragédia: um duto da estatal que ligava a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal Ilha d'Água, na Ilha do Governador, rompeu-se antes do raiar do dia 18 de janeiro, provocando um vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível nas águas da baía. A mancha se espalhou por 40 km², o que representa 12% do espelho d'água.

Esses eventos certamente causaram danos a produção de pescado na Baía de Guanabara. Segundo Alencar (2021), mesmo com o ressarcimento pelos danos causados no segundo derramamento de óleo dezenove anos depois entre a Petrobrás e a Fundação dos Pescadores do Rio de Janeiro (Feperj), os danos resultantes desse desastre ambiental ainda permanecem vivos e quem frequenta a Baía de Guanabara relata os malefícios deixados por esse evento. Segundo relato de um integrante do Fórum de Pescadores e Amigos do Mar; "O óleo da superfície foi limpo, mas muita coisa foi para o fundo. Não foi só o derramamento, o pescador está sofrendo pelos muitos navios petroleiros que navegam e dutos que têm sido colocados. Muita gente deixou de pescar". (ALENCAR, 2021, p.77). As condições ambientais da Baía e Guanabara estão no cerne da decadência da atividade de pesca artesanal da baía. A pesca por isso, tornou-se uma atividade menos rentável para os pescadores que buscavam o sustento nas águas da baía agora poluídas pelo despejo de esgoto in natura e pelo óleo das embarcações ali fundeadas constantemente.

É fato, que a Colônia de Pescadores de Paquetá está passando por um processo acelerado de descaracterização, desterritorialização e periferização de seus moradores e que esses pescadores sofreram os reflexos desses desastres ambientais. Sendo forçada a ocupar espaços antes ocupados por outros indivíduos não pescadores que estão atualmente também sofrendo processo análogo de periferização em consequência do aumento do número de novos moradores e do incremento da indústria do turismo na ilha, é correto afirmar que se nenhuma medida de conservação e preservação dessa atividade tradicional da ilha não for efetivada, o processo de abandono e perda de áreas consagradas historicamente e destinadas aos pescadores acarretará no desaparecimento desta atividade e de suas memórias ligadas a história antiga e recente de Paquetá. Segundo Haesbaert (2007, p. 67), ao tratar do tema desterritorialização, o autor nos diz que esse processo consiste, em “espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica”, lugares onde se produz o “anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes”. Numa das possíveis interpretações sobre esse fenômeno que pode abranger as esferas sociais, políticas, econômicas, culturais, temos que;

As condições locais não desapareceram, contudo mudaram de conteúdo, incorporando fatores ligados ao setor financeiro, à densidade do aparato tecnológico e aos incentivos fiscais localmente oferecidos. A localização em sentido amplo é revalorizada porque num mundo tão móvel, o fato de estar localizado é um trunfo a ser usufruído (HAESBAERT, 2007, p. 59-61).

Baseado no que nos diz Haesbaert (2007), as condições dos pescadores da colônia Z3 não desapareceram, contudo estão sendo modificadas e deterioradas o que levará a curto prazo, a perda da memória e história desses indivíduos, uma vez que não há continuidade do exercício da função com o fito de preservá-la por aqueles que ainda residem e pescam na ilha. Mesmo com este cenário de diluição da história e do ofício de pescador artesanal, Paquetá ainda mantém diversas tradições e o cotidiano de uma vida em comunidade, sobretudo dos antigos moradores. Ao que parece, numa visão menos acurada sobre o que está ocorrendo na colônia e na própria ilha em si, é que a população antiga de Paquetá se preocupa em manter esse patrimônio cultural e imaterial que é a existência da Colônia de Pescadores e tudo o que essa implica para a história da ilha. Contudo, para os novéis moradores, sobretudo aqueles que pertencem a chamada classe média vinda do continente e da capital, o local dos pescadores remete a imagética das áreas de risco ou favelas existentes no continente, daí o tomarem esses locais por mais um modelo de “favelinha” que se transferiu para Paquetá. Na realidade, esse são indivíduos invisibilizados quando estão fora das épocas de festividades de São Pedro e São Roque, quando há um tipo de concessão para a sua inserção no ambiente dessa classe e dos turistas sazonais.

A Colônia de Pescadores não está inserida nos roteiros para a visita dos turistas, embora a comida servida por eles seja elogiada de modo geral. A não recomendação, segundo visitantes contumazes da ilha, nas páginas relacionadas aos roteiros turísticos da ilha de Paquetá aponta para um processo de anulação onde, primeiro os ignoraram para depois torná-los invisíveis e deslocados os locais que lhes eram afetos. Daí desaparece o sentimento de pertencimento e ao gradativo apagamento das memórias e histórias dos moradores que fizeram da atividade pesqueira a sua história de vida. Buscar essas histórias faz parte do papel do historiador garimpando na fala desses indivíduos a própria história da ilha de Paquetá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de consenso que a atividade pesqueira, sobretudo a artesanal tem papel relevante e histórico no país; importância essa que permeia pelo aspecto sociocultural, socioeconômico, político e, em boa medida, religioso. A existência e preservação desses núcleos representa um tipo de herança histórica e cultural que traz em suas práticas tradições, costumes e a própria formação da identidade, item expressivo para quaisquer grupos sociais, pois a atividade em si mesma, proporciona uma espécie de ligação que passa pela história e geografia local, além de manter vivo os laços que “costuram” as tradições do passado no presente e este ao futuro dos indivíduos que residem e têm suas raízes no local. Ainda segundo nos traz Germani, Rios e Alves (2021, p.80) apud Alves (2015); “o sujeito da pesca é um agente que organiza o espaço, pois o mesmo criará formas de

relações, trocas, usos a partir de suas experiências e místicas que irão se estabelecer tanto nos espaços da água quanto nos da terra”. Segundo Silva (2014, p16) a autora assevera que a pesca artesanal se distingue da pesca em larga escala pelas características desta em relação a outra, pois a segunda é de caráter predatório e devastador por trazer em si mesma a poluição industrial e que influem diretamente na dinâmica ambiental onde essa se faz presente. Em contrapartida, na pesca artesanal há o cuidado constante dos pescadores em respeitar o meio-ambiente no intuito de preservar a atividade e o meio de onde tiram o sustento para as gerações futuras.

A pesquisa sobre o tema que aborda a desterritorialização da Colônia de Pescadores de Paquetá será primordial para que se possa traçar o relevo as respeito da situação atual da colônia em relação ao passado; as perspectivas para que não haja a descaracterização do território dos pescadores com a implementação de medidas que os retire dos territórios de pesca a eles pertencentes há décadas em prol da urbanização; e exploração da ilha de Paquetá, onde a preferência para habitação e comércio seja ofertada não apenas aos visitantes em detrimento dos antigos moradores. Os pescadores artesanais de Paquetá são um atrativo do bairro, fazendo parte de sua história. A necessidade de preservar as suas atividades é primordial para que se mantenha viva não apenas a tradição secular, mas a sobrevivência de uma parte importante da história do bairro de Paquetá.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Baía de Guanabara: descaso e resistência**. 2. ed. Rio de Janeiro. Mórula: Fundação Heinrich Böll, 2021.
- ALVES, T. dos S; GERMANI, G. I; RIOS, K. A. N. **Mapeando desafios, identidades e espaços de vida: A trajetória da luta dos (as) pescadores (as) artesanais na Bahia pelo olhar do geógrafo**. In Cultura e conhecimento tradicional faces possíveis da sustentabilidade, in SOUZA, R. M. et. al. Unidades de Conservação e Comunidades tradicionais: desafios da sobrevivência dos espaços e identidades. Aracaju. Criação editora, 2021.
- ARAGÃO, M. C. O. Cultura e conhecimento tradicional faces possíveis da sustentabilidade, in SOUZA, R. M. et. al. **Unidades de Conservação e Comunidades tradicionais**: desafios da sobrevivência dos espaços e identidades. Aracaju. Criação editora, 2021.
- BARROS, J.D. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. MOUSEION, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009.
- CALIXTO, E. **Contribuições para o plano de contingência para derramamento de petróleo e derivado no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/ COPPE, 2011. Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/images/publicações/doutorado/Eduardo_Calixto.pdf.
- HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M. et al. (Orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- IZQUIERDO, I. **Memória**. (1ª ed.1989) Porto Alegre: Artmed; (2ª ed) 2011.
- MORAES, S. C. **De homens e peixes: a metamorfose da vida na água**. 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- NORA, P. «Entre mémoire et histoire : la problématique des lieux». In. GERON, C (org). Le lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984. V.2. La Nation
- SILVA, C. A. Elementos epistemológicos e metodológicos para Geografia das existências. In.. SILVA, C. A.. **Pesca artesanal e a produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. 1. ed. Rio de Janeiro:

Consequência, 2014. 171p.

SILVA, C. A. Sobre a geografia das existências. SILVA, C. A. DE PAULA, C. Q. **Brasil e Moçambique:** diálogos geográficos sobre a pesca artesanal. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.